

SEPPIR.GOV.BR: uma comunicação militante¹ **SEPPIR.GOV.BR: a militant communication**

Alicianne Gonçalves de Oliveira²
Alexandre Barbalho³

Resumo: *O presente artigo analisa as narrativas que a comunicação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ligada à Presidência da República, coloca à disposição da esfera pública brasileira quando o tema é a questão racial no país. Através do site da secretaria, procura-se compreender que agendas e agentes são contemplados e priorizados nas narrativas veiculadas pelo órgão, principalmente aqueles ligados à história e às estratégias de luta do movimento negro. Para tanto, é feita uma análise qualitativa das informações disponibilizadas no site em 2011, apoiada nas análises sócio-histórica e discursiva dessas informações, além de entrevista com a responsável pela comunicação da secretaria.*

Palavras-Chave: *Comunicação. Esfera pública. Governo Federal. Movimento negro.*

Abstract: *This paper examines the narratives that the communication from the Secretariat for the Promotion of Racial Equality (SEPPIR), linked to the Presidency of the Republic, places on the Brazilian public sphere when the topic at hand is the issue of race in the country. Through the website of the secretariat, this paper aims to understand the agendas and the agents that are contemplated and prioritized in the narratives diffused by the institution, especially those related to the history and the strategies of the black movement. To develop these ideas, a qualitative analysis of the information provided through the site in 2011 was made, grounded in the socio-historical and discursive analysis of the information, along with an interview with the person in charge of SEPPIR's communication.*

Keywords: *Communication. Public sphere. The federal government. Black movement.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 04 a 07 de junho de 2013.

² Mestre em Comunicação Social pela UFC, pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (Ponte/UFC) e doutoranda do PPG em Comunicação Social da UFMG. E-mail: alicianneg@gmail.com

³ Professor dos PPGs em Políticas Públicas da UECE e em Comunicação da UFC. E-mail: alexandrealmeidabarbalho@gmail.com.

1. Introdução

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi criada em 2003 pelo Governo Federal com o objetivo de promover e articular ações que promovam a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e de grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância. Desde a sua criação, a SEPPIR tem como seu principal veículo de comunicação o site www.seppir.gov.br. É por meio dessa ferramenta, como um polo emissor de discursos, que o órgão se apresenta e coloca na esfera pública os temas, os personagens e os eventos de sua narrativa.

A contribuição dada pela SEPPIR, através do site do órgão, ao debate sobre a igualdade racial pode ser compreendida quando levamos em consideração uma das características da esfera pública: a porosidade, com a inclusão de novos temas e novos agentes, preservada pelos princípios constitucionais do Estado democrático. Conforme Maia, essa porosidade, ou melhor, “a transformação das fronteiras 'daquilo que é considerado de interesse público ou não', depende, em grande medida, da própria ação discursiva dos atores da sociedade civil” (MAIA, 2001 p. 5).

No Brasil, a construção de uma esfera pública porosa e o aumento de seu caráter de publicidade foi resultado, em grande parte, dos movimentos sociais que trouxeram novas questões para a definição da agenda pública (COSTA, 2002). A inclusão de novos temas e novos agentes na esfera pública faz, inclusive, parte dos propósitos apontados por Gomes para as iniciativas digitais que se propõem democraticamente relevantes. Um dos requisitos é justamente, “promover o aumento da diversidade de agentes, de agências e de agendas na esfera pública e nas instâncias de decisão política” (GOMES, 2011, p. 30).

A partir desse contexto, algumas questões se colocam ao pesquisador: que narrativa é colocada no site da SEPPIR? Que padrões, personagem e papéis estão presentes nessa narrativa? Quais questões são colocadas para a esfera pública? Segundo Thompson, “uma narrativa pode ser considerada, falando de maneira geral, como um discurso que narra uma sequência de acontecimentos – ou, como dizemos comumente, que ‘conta uma história’ ” (THOMPSON, 1999, p. 373-374). Assim, que história sobre o tema racial a SEPPIR nos conta por meio de seu site? Que estratégias são divulgadas nessa narrativa?

Para compreender a experiência da SEPPIR na internet e como a questão racial é trabalhada, em uma perspectiva governamental, na esfera pública, faremos, neste trabalho,

uma análise qualitativa do site www.seppir.gov.br, a partir das informações disponibilizadas nesse veículo durante o ano de 2011. Para tanto, seguimos a Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por Thompson (1999), ao relacionar as informações do site aos contextos sócio-históricos e analisar, discursivamente, as narrativas veiculadas no [seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br). Para tanto, serão examinadas algumas informações do menu fixo (Sobre a Secretaria; Ministra; Relatórios de Gestão; Ações, programas e projetos; Quilombos; FIPPIR; CNPIR; Notícias e Imagens; e Publicações), bem como as notícias veiculadas no site durante o referido ano.

2. O www.seppir.gov.br como polo emissor de discursos

O site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial não traz simplesmente informações sobre as ações cotidianas do órgão. Afinal, as formas simbólicas representam o tempo, o espaço, as pessoas, os campos e as instituições envolvidas na sua produção (THOMPSON, 1999). Para além de uma estratégia de se fazer presente na internet e proporcionar mais transparência ao cidadão, o discurso veiculado pela Secretaria traz muito dos campos envolvidos em tal comunicação.

A SEPPIR foi criada dentro de um processo iniciado na década de 1980, quando o Estado brasileiro começou a reconhecer a existência da discriminação racial no país e criar órgãos para pensar a temática. Desde então, o foco das ações passou da universalização das políticas públicas e da valorização do patrimônio cultural e abrangeu também políticas de reparação específicas para a população negra. Essa mudança foi iniciada ainda nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002). Contudo, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) representou uma nova postura do Executivo Federal, com forte ênfase reparatória e maior institucionalização da questão racial com a criação da SEPPIR.

É nesse cenário que o site se apresenta. Em entrevista, Jucinete Maria Machado, coordenadora de comunicação do órgão, afirmou que o site, apesar de deixar a desejar no dinamismo, na interatividade e no aspecto multimídia, é o “principal canal” sobre o tema no país (MACHADO *apud* OLIVEIRA, 2012). Se a afirmação procede, os limites deste artigo não permitem aferir. No entanto, é inegável que as informações veiculadas no [seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br)

ajudam o cidadão a ter uma visão sobre a questão racial no Brasil, mesmo que a partir da perspectiva da SEPPIR sobre o tema e do discurso que ela produz e veicula⁴.

Mas por que atribuir a um site a posição de “principal canal” sobre o tema no país? Compreendendo que a comunicação de massa exerce uma grande influência na construção do que é visível e do que é discutível publicamente, Machado contextualiza a dificuldade que é colocar o tema da igualdade racial, de forma regular, no debate público. Segundo ela, esse “ainda é um tema que se restringe a algumas circunstâncias, a algumas situações, a algumas limitações” (MACHADO *apud* OLIVEIRA, 2012). Daí a dificuldade de trabalhar a temática no sistema de comunicação comercial do país e a aposta nas potencialidades da internet face às limitações das mídias tradicionais.

A preocupação de Machado converge com a análise de Habermas quando o autor sustenta que os temas precisam passar pela abordagem controversa da mídia para conseguirem “atingir o grande público ou a 'agenda pública” (HABERMAS, 2003, p. 116). Ainda que, segundo Gomes, os ganhos em acessibilidade e abstração que os meios massivos oferecem sejam pagos “com a perda da discutibilidade ou, ao menos, de níveis democraticamente densos de discussão pública” (GOMES, 2008, p. 117).

Portanto, o uso de um site pela comunicação da SEPPIR se liga a uma característica necessária para a esfera pública: o comunicar-se com uma audiência indeterminada (BOHMAN, 2004). A internet possibilitaria melhor distribuição e disseminação das informações, como explica a jornalista: “ela [a mídia eletrônica] não perde nada para a mídia comercial [...] Não temos dificuldade de difundir os temas que queremos difundir para o país inteiro, em função da relevância dessa mídia eletrônica hoje, em todo o contexto da comunicação” (MACHADO *apud* OLIVEIRA, 2012).

Outra razão apontada por Machado para o trabalho com a internet é a existência de uma rede de pessoas formada a partir da SEPPIR. Podemos pensar essa rede a partir do que Costa chama de “uma arena alternativa de constituição da opinião pública”, formada com “a expansão das novas tecnologias de comunicação e a difusão do acesso à comunicação eletrônica participativa, como a internet e as TVs e as rádios comunitárias” (COSTA, 2002, p.

⁴ O site possui 14 tópicos no menu principal, que trazem dados sobre a Secretaria, informações de outros órgãos e entidades, bem como informações mais conjunturais. Informações sobre a temática racial só não aparecem nas páginas de três tópicos: “Licitação”, “Ouvidoria” e “Fale Conosco”.

73). Uma arena que, através das novas tecnologias de informação e comunicação, ajuda a ultrapassar a perspectiva dos meios massivos e do monopólio da informação (MAIA, 2001).

Segundo a coordenadora de comunicação, a secretaria trabalha com rede de contatos formada por pessoas que já trabalham com a temática ou que estão iniciando o trabalho com o tema. Essa rede contava, no momento da entrevista, em dezembro de 2011, com mais de 16 mil pessoas, que recebiam, semanalmente, o Notícias SEPPIR, um informativo sobre as atividades da secretaria e de notícias ligadas à área de atuação da Secretaria. Na opinião da coordenadora de comunicação, o site e a rede são o grande polo difusor das informações produzidas pelo órgão.

O discurso que a SEPPIR coloca na esfera pública, contribuindo com informações para a visibilidade e o debate, tem seus objetivos e temas principais. A comunicação desenvolvida pelo órgão, segundo a coordenadora do setor, busca dar visibilidade à expansão da política de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo, ajudando a tornar a questão racial um tema necessário e regular no debate nacional. Como esse discurso é construído, quais as narrativas, os personagens, os eventos, as estratégias utilizadas é o que apresentaremos no próximo tópico.

3. Personagens, eventos e estratégias

Para compreendermos o discurso veiculado no seppir.gov.br é necessário tecer uma “*explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito*”, uma “construção criativa de possíveis significados”. (THOMPSON, 1999, p. 376, grifo do autor). Uma interpretação que é reinterpretação, pois as formas simbólicas veiculadas no site da Secretaria devem ser entendidas como “parte de um campo pré-interpretado”, pois “já são interpretadas pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico” (THOMPSON, 1999, p. 376).

Para efetuar esse processo de reinterpretação, procedemos à análise formal ou discursiva do site valorizando os tópicos do menu principal. Contudo, alguns tópicos não serão analisados por apresentarem informações exclusivamente administrativas (Licitação, Ouvidoria e Fale Conosco). No mais, a análise encontra seu principal material nos seguintes tópicos: “Sobre a Secretaria”, “Ministra”, “Ações, Programas e Projetos”, “Quilombos”, “FIPIR”, “CNPIR”, “Notícias e Imagens”, e “Publicações”.

O tópico “Sobre a Secretaria”, especificamente a página “O que é”, traz informações sobre a criação e os objetivos da Secretaria. Na narrativa apresentada no site, um dos eventos, a criação da SEPPIR, é entendida como o “reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro”⁵. O protagonista da história é apresentado ao se informar que entre os principais objetivos da Secretaria está “promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra”. Outros grupos discriminados são até citados, mas sempre em uma expressão genérica e ao lado dos negros: “A criação da SEPPIR reafirma o compromisso com a construção de uma política de governo voltada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados”.

A própria narrativa apresenta um indicativo do porquê dessa preponderância. O texto de apresentação da Secretaria informa que ela utiliza como referência política o Programa Brasil sem Racismo, um dos dezessete cadernos do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando candidato à Presidência em 2002. O programa foi elaborado com a participação da militância negra do Partido dos Trabalhadores, além da colaboração de entidades da sociedade civil⁶.

A população negra também é apresentada como protagonista no site quando a SEPPIR apresenta o seu histórico, colocando a criação do órgão como uma conquista que teve como antecedentes o “longo caminho”⁷ percorrido pelo povo negro brasileiro. Como a página “Histórico” apresenta, os eventos que antecederam a criação da SEPPIR foram resultado de uma “mobilização, organizada pelo Movimento Negro”.

No tópico “Ministra”, a relação com o movimento negro é mantida. A ministra na época da pesquisa, Luiza Bairros, é negra, petista e possui uma trajetória relevante junto ao movimento, tendo participado do Movimento Negro Unificado (MNU) de 1979 a 1994, eleita, em 1991, a primeira coordenadora nacional da entidade. No campo acadêmico, seus trabalhos giram em torno da questão racial, de gênero e sobre o racismo institucional. Antes

⁵ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre>>. Acesso em 28 dez. 2011.

⁶ O “Brasil sem Racismo” foi, segundo Heringer (2006), o programa que mais se voltou para os direitos da população negra naquela eleição. A grande maioria das 33 propostas de ação era específica ou especialmente voltada para os negros. Apenas quatro ações versavam sobre outros grupos ou eram de caráter universal.

⁷ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre/historico>>. Acesso em 28 dez. 2011.

de assumir a SEPPIR, foi secretária de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, de 2008 a 2010.

Para finalizar o tópico “Ministra”, analisamos os elementos do único discurso disponibilizado que é o da posse de Luiza Bairros, no dia 3 de janeiro de 2011. O texto se assemelha à narrativa de apresentação da SEPPIR no tópico “Sobre a Secretaria”. Novamente, a ênfase na população e na militância e no movimento negro. Mas, pela primeira vez, outros personagens são apresentados de forma clara:

As prioridades do governo Dilma Rousseff [erradicação da pobreza extrema, luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança] não só respondem a bandeiras históricas do movimento negro, como chamam nossa atenção para os desafios que a nova configuração das relações raciais impõe à sociedade brasileira. Um deles é o desafio de incluir em nossa experiência as demandas de grupos historicamente discriminados, como os indígenas, “os donos da terra”, como são chamados nas tradições afro-brasileiras, com quem já convivíamos nos quilombos. Do mesmo modo, nos chama a incluir no esforço de radicalização da democracia as minorias étnicas, constituídas por ciganos, árabes⁸ e judeus. (BAIRROS, 2011, p. 2).

Se outros personagens são citados no discurso da ministra, eles não aparecem quando a narrativa foca as ações desenvolvidas pela SEPPIR. No tópico “Ações, Programas e Projetos” são apresentadas algumas das políticas desenvolvidas pela Secretaria. Do universo de nove políticas publicizadas, apenas três não são exclusivamente voltadas para a população negra: Plano Setorial de Qualificação - Trabalho Doméstico Cidadão; PIBIC Ações Afirmativas; e Plano de Ação Conjunto Brasil-EUA. Os textos de apresentação das demais políticas têm os afrodescendentes como únicos personagens, além de reforçarem a cultura de matriz africana.

Seguindo pelo menu principal, no tópico “Quilombos”, a narrativa do site da SEPPIR volta a destacar eventos ligados ao grupo dos afrodescendentes. Para falar sobre o Programa Brasil Quilombola, a narrativa traz um pouco da história dos quilombos e reforça a presença atual dessas comunidades no território brasileiro.

A escolha da narrativa pelo negro como personagem principal, quando não único, continua quando o site fala sobre o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR). O organismo foi criado para “promover a ação continuada no combate às

⁸ Não há uma padronização no site da SEPPIR quando os árabes são citados. Em alguns documentos são apresentados apenas como “árabes”, em outros ganham a companhia dos palestinos - “árabes e palestinos”. Outra categoria de apresentação relaciona os dois grupos: “árabes-palestinos”. Ainda há casos em que somente os palestinos são citados. Há documentos que utilizam várias formas de apresentação desses grupos, sem uma lógica definida. Por isso, optamos por apresentar essa categoria de uma forma genérica: árabes e/ou palestinos.

desigualdades raciais, a partir de ações dos governos federal, estaduais, municipais e da sociedade civil”. Mas o combate a essas desigualdades acontece, segundo o Termo de Adesão ao FIPPIR, com a “construção e implementação de um conjunto de ações que beneficiem as comunidades tradicionais com ênfase na população negra” .

Cenário semelhante é percebido na página sobre o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR). O órgão acompanha as políticas desenvolvidas pela SEPPPIR e propõe “políticas de promoção da Igualdade Racial com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira”. Esses “outros segmentos” não são exemplificados no texto informativo.

O Conselho é composto por representantes de 22 órgãos do Poder Público Federal, 19 entidades da sociedade civil, escolhidas através de edital, e três “notáveis indicados pela SEPPPIR”. Dos três notáveis indicados pela SEPPPIR para o biênio 2010-2012, dois são ligados à questão negra e um à causa indígena. Das 19 entidades da sociedade civil, dez são diretamente ligadas à população negra. Além dessas, a entidade religiosa participante trabalha especificamente com afrodescendentes e uma outra entidade desenvolve ações sobre a doença falciforme, que atinge, majoritariamente, negros. Os ciganos, judeus, árabes e/ou palestinos são representados cada grupo por uma entidade. Os indígenas não possuem representação.

A predominância negra na narrativa da SEPPPIR também é confirmada pelo tópico “Notícias e Imagens”. Em 2011, foram feitas 261 publicações no subtópico “Últimas Notícias”. Dessas 261 publicações, 192 tiveram o que optamos chamar de grupos-tema (TAB.1). Essas versavam, especificamente, sobre um ou mais grupos determinados. As demais 69 notícias não falavam especificamente de algum grupo ou abordavam globalmente outros temas.

Das 192 notícias que citaram grupos específicos, 178 (92,7%) têm a população negra como tema e 150 (78,1%) tratam exclusivamente sobre esse grupo. Mas é importante fazer a ressalva de que, em 2011, foram realizadas várias atividades em comemoração ao Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, o que acabou pautando uma parte considerável das notícias.

TABELA 1
Divisão das notícias veiculadas no site da SEPIR por grupo-tema e fonte produtora.

Grupo-tema	Quantidade de notícias	Notícias da Seppir	Outras fontes⁹	Fonte não identificada
Negros	150	91	53	6
Indígenas	1	-	1	-
Ciganos	1	-	-	1
Judeus	-	-	-	-
Árabes e/ou palestinos	-	-	-	-
Mulheres	12	3	9	-
Negros e mulheres	15	5	9	1
Negros e indígenas	7	6	1	-
Negros, indígenas e mulheres	4	1	3	-
Negros, indígenas e ciganos	1	-	1	-
Negros, indígenas, ciganos e mulheres	1	1	-	-

FONTE - Site da SEPIR.

Os demais “grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância”, de que fala a apresentação da Secretaria, aparecem nas notícias, mas não todos, pois apenas indígenas e ciganos são contemplados. Judeus e árabes e/ou palestinos não aparecem como grupo-tema no tópico Notícias e Imagens. São 14 (7,29%) notícias que trazem os indígenas como tema: 13 trazem também outros grupos e sempre com a presença dos negros, e apenas uma fala, exclusivamente, sobre os indígenas. Já os ciganos são contemplados em três notícias, 1,6% daquelas que apresentam algum grupo-tema. Apenas em uma dessas três notícias o grupo aparece sozinho. Em número de notícias, um outro grupo que não está diretamente relacionado às desigualdades raciais ultrapassou e muito os indígenas e ciganos: As mulheres foram citadas em 32 notícias, 16,6% daquelas que especificavam algum grupo.

No tópico “Publicações”, destaca-se, mais uma vez, a predominância de documentos ligados à realidade da população negra. São relatórios de atividades, das conferências

⁹ São exemplos de outras fontes: Agência Brasil, ONU Mulheres, Instituto Mídia Étnica, Embrapa e Rede Nacional de Controle Social da População Negra. As notícias produzidas por outras fontes são sempre relacionadas a temas caracterizam as políticas da SEPIR, como a expansão da política de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo.

nacionais, mapas e documentos sobre as políticas de promoção da igualdade racial onde o protagonismo da população negra permanece. Contudo, sem a prevalência semelhante ao que acontece nos tópicos anteriores, pois os demais grupos aparecem mais vezes. Os negros são o único grupo abordado em apenas sete publicações (26,9%). Nas 19 restantes, apesar da ênfase continuar na população negra, os demais grupos são, no mínimo, citados. Inclusive, é nesse tópico que encontramos, pela primeira vez na narrativa apresentada no site da SEPPIR, o acionamento de informações mais conjunturais ligadas aos ciganos (SEPPIR, 2007a).

Também permanecem no tópico “Publicações” a ênfase no papel do movimento negro e alusão a eventos comuns entre a história do movimento e a história das políticas de igualdade racial no país. Ao movimento negro é creditado, várias vezes, o papel de protagonista na história das políticas públicas da área. Há o reconhecimento de que as políticas de promoção da igualdade racial só existem e são aprofundadas graças à história de luta da militância negra. Teria sido a visibilidade dada pelo movimento à “condição real de vida de mulheres negras e de homens negros” que possibilitou a inserção da temática nas políticas governamentais (SEPPIR, 2007b, p. 2).

A criação da Secretaria é apresentada como a “materialização de uma história de reivindicação do movimento negro no âmbito nacional e internacional.” (SEPPIR, 2010, p. 15), como “a primeira resposta efetiva oferecida por um governo a uma antiga formulação do Movimento Negro, no sentido da implementação de uma política de promoção da igualdade racial.” (SEPPIR, 2004a, p. 2). Movimento que também é colocado como um parceiro, com o qual o Governo Federal sinaliza a disposição “para atuar conjuntamente” (SEPPIR, 2006, p. 1).

Para finalizar a análise de personagens da narrativa da SEPPIR, sigo para os tópicos mais administrativos, mas que possuem informações ligadas à temática: “Convênios e Contratos”; “Legislação”; e “Relatórios de Gestão”. Dos seis arquivos do subtópico “Convênios”, todos datados de 2011, cinco são chamadas públicas e portarias de ações ligadas diretamente à questões da população negra. Já no subtópico “Contratos”, todos os projetos contemplados nesses arquivos giram em torno de ações de “igualdade racial”, sem detalhamentos sobre grupos prioritários.

No tópico “Legislação”, dos sete decretos e leis sobre grupos específicos, cinco versavam exclusivamente sobre a população negra, principalmente sobre os remanescentes

quilombolas. Apenas dois abordavam outros grupos: o Decreto s/nº, de 25.05.2006, que inclui o Dia Nacional do Cigano no calendário cívico brasileiro, e a Lei nº 11.645/2008, sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Além disso, entre os oito decretos que tinham como tema a igualdade racial permanece a ênfase na questão negra. Um exemplo é o Decreto 4.886/2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e cujo artigo 2º explica que o objetivo principal dessa política é a redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra.

O tópico “Relatórios de Gestão”, apesar de não abranger todos os anos de existência da SEPPIR, traz informações detalhadas sobre as atividades do órgão. Desses documentos, foco na descrição de atividades. No documento relativo a 2009, a população negra permanece em destaque, com 25 das 33 ações. O único outro grupo contemplado são os índigenas, com três ações, não desenvolvidas especificamente para eles, mas em conjunto com a população negra: Educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Programa Institucional de Iniciação Científica; e Seminário Ibero-Americano de Juventude Negra e Indígena.

No Relatório de Gestão de 2010, das 12 ações atividades consideradas prioritárias naquele ano para a Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, um dos setores da SEPPIR, nove foram voltadas, exclusivamente, para a população negra. As demais versavam sobre a igualdade racial, sem a especificação de grupos contemplados. Já a Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais concentrou suas ações o Programa Brasil Quilombola, com dezenas de atividades em 27 áreas. Contudo, esse setor também foi responsável pelo aumento do papel de outros grupos nas atividades de 2010 pois foram desenvolvidas onze ações com povos indígenas e cinco com os ciganos.

Jucinete Machado, coordenadora de comunicação da secretaria, explica que a predominância da população negra é uma questão, principalmente, de proporcionalidade e de haver um órgão que represente essa parcela da população:

A população negra compõe mais de 50% da população brasileira, ok? Precisa dizer mais alguma coisa? E é essa a população que historicamente é mais discriminada. Aí você tem, por exemplo, índios. Está contemplado no grupo de populações discriminadas? Está. Mas proporcionalmente, a população negra bate. Além disso, você tem organismos específicos. Por exemplo, você tem a FUNAI para cuidar da questão indígena. Então, a gente, de uma certa forma, acaba partindo para o

atendimento a essas questões da maioria negra, da população negra. Mas os ciganos também estão contemplados. É uma questão proporcional mesmo, de proporcionalidade. (MACHADO *apud* OLIVEIRA, 2012).

Avaliando os números, quadros e tabelas com os grupos-tema e os personagens que a SEPPIR coloca na esfera de visibilidade pública, também é possível identificar alguns elementos discursivos que informam sobre a relação existente entre a narrativa da SEPPIR e o movimento negro brasileiro. Movimento esse que se reorganizou, a partir da década de 1970, ampliando sua agenda de reivindicações (GUIMARÃES, 2002; DOMINGUES, 2007).

O primeiro elemento discursivo identificado é a desmistificação da democracia racial, uma vez que, com o reconhecimento da existência dos conflitos raciais, a questão teria visibilidade na esfera pública e, para a SEPPIR, também na esfera de decisão política:

Não é mais novidade que as desigualdades raciais vêm derrubando o mito da democracia racial, um dos pilares da identidade brasileira, exigindo políticas que possam eliminar o fosso abissal entre brancos e negros em nossa sociedade. O enfrentamento destas assimetrias requer a adoção de uma política engajada entre todos os setores sociais, com metodologias e estratégias que estejam à altura da magnitude dos efeitos do racismo e da discriminação sobre a população negra. A era da inocência acabou - e já foi tarde -, portanto, a construção de uma nação efetivamente inclusiva e democrática requer, em primeira instância, uma atenção redobrada à questão racial. (SEPPIR, 2004b, p. 11).

No tópico “Ministra”, há o reforço na ênfase da militância negra que fez com que a sociedade brasileira visse a si mesma de uma nova forma:

Quero me dirigir especialmente à militância negra responsável pela re-emergência da luta contra o racismo nos anos 70, com a qual compartilhei uma trajetória transformadora, capaz de fazer com que a sociedade brasileira passasse a se ver na sua diversidade. Passasse a perceber a idéia de democracia racial como um elemento impeditivo da nossa realização enquanto sujeitos políticos, detentores de uma história e de uma cultura que singularizam a nossa participação na sociedade e que reclamam pela superação de desigualdades sociais produzidas e reproduzidas ao longo de séculos. (BAIROS, 2011, p. 1).

Outro elemento é a africanização. A valorização do legado africano encontra-se, por exemplo, no tópico “Ações, Programas e Projetos”. Ao falar sobre o projeto Dia Nacional do Samba, a Secretaria mostra como a herança africana trilhou seu caminho no país a ponto de produzir um símbolo nacional. Outro exemplo está no texto de apresentação do projeto

educativo A Cor da Cultura, de valorização da cultura afro-brasileira e heranças africanas por meio de programas audiovisuais, que propõe mostrar “manifestações populares que fazem parte da herança cultural africana que moldou a identidade brasileira por meio de ritos, festas, tradições”¹⁰.

A desmistificação da democracia racial e a valorização da herança africana estão ligadas a características mais profundas do discurso do movimento negro. Uma Secretaria que se coloca como resultado da luta desse movimento compartilha com ele algumas escolhas, como o conceito de raça, por exemplo. Além de nomear o órgão, a ideia de raça reflete as escolhas de agenda e de agentes com os quais a SEPPIR opta por trabalhar e disponibilizar na esfera pública através dessa experiência de comunicação na internet.

Em discurso na abertura da Conferência de Revisão de Durban, em 2009, o então ministro da SEPPIR, Edson Santos, informou a noção de raça defendida pela Secretaria:

Durban reconheceu o conceito político e social de raça e a inexistência de hierarquia entre os seres humanos. A humanidade é composta por apenas uma raça: a raça humana. Não existem diferenças biológicas entre nós, mas existe a manipulação política do conceito de raça como fator de segregação. O conceito pode servir para a superação das desigualdades das ideologias racistas. A Conferência não pode prescindir dessa conquista. (SANTOS, 2009, p. 1).

A concepção de raça trabalhada pela Secretaria assemelha-se à concepção trabalhada nos últimos anos pelo movimento negro. Petrônio Domingues fala que para o movimento, a “raça” é usada como elemento de mobilização e como “fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação” (DOMINGUES, 2007, p. 102). O termo “racial” nomeia as desigualdades que a SEPPIR quer combater e a igualdade que pretende promover. Como o movimento, a Secretaria acredita que é preciso continuar com a ideia de raça com outros sentidos que não só o biológico. Guimarães, ao questionar quando podemos dispensar o conceito de raça, propõe a seguinte reflexão:

[...] primeiro, quando já não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta e indiretamente derivados da ideia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos para a afirmação social dos grupos

¹⁰ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/acoes/a-cor-da-cultura>>. Acesso em 28 dez. 2011.

oprimidos. (GUIMARÃES, 2002, p. 50-51).

É importante, então, compreender que a ideia de raça da SEPPIR, o uso recorrente das expressões derivadas da palavra e a classificação bipolar que ela faz da população brasileira vai ao encontro do movimento, que utiliza a noção como elemento de mobilização. Faz isso ao usar uma “raça” enquanto patrimônio hereditário, mas também com forte ênfase no fenótipo. Assim, pretende acionar o “negro” em cada brasileiro que poderia antes se considerar mestiço, mulato, pardo, etc. A questão biológica aí é bem forte. Se você não se declara branco, indígena ou amarelo nas pesquisas do IBGE, para a SEPPIR você faz parte da população negra brasileira. É a questão da maioria, e de uma maioria explorada e discriminada.

É essa a agenda da SEPPIR, como se pode ver no documento sobre a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no tópico “Publicações”:

Embora na atualidade não haja, no Brasil, registros de situação de segregação racial aberta, a cor ou raça dos indivíduos acabou, mesmo assim, funcionando como um diferencial na distribuição de direitos e oportunidades. A junção da pobreza com o racismo resultou em uma sociedade na qual um negro pobre tem muito menos chances de ascensão social do que um branco pobre. Ressalta-se a situação das mulheres negras que, ao longo do século 20, mantiveram-se, no campo do trabalho e da remuneração, em desvantagem tanto em relação aos brancos, homens e mulheres, quanto em relação aos homens negros. Além disso, os poucos negros e negras que conseguem ascender socialmente não estão imunes à discriminação racial. (SEPPIR, 2004a, p. 3).

No site da secretaria há sempre a ênfase no fato de o Brasil ser “a segunda maior nação negra do mundo” e que, mesmo assim, o histórico brasileiro “se traduz em preconceito, discriminação e exclusão social” (SEPPIR, 2009a, p. 3). Por isso, no tópico “Publicações”, em relatório de avaliação do Plano Plurianual, em 2009, a SEPPIR ressalta que “combater as desigualdades raciais, é antes de mais nada tarefa do Estado” (SEPPIR, 2009b, p. 20). No livro sobre o FIPIR, a Secretaria afirma ainda que “não se permitem mais projetos e ações voltados para a superação das desigualdades e da pobreza sem que neles não se perceba algum aceno ao tópico racial” (SEPPIR, 2004b, p. 12).

Esses elementos mostram a forma encontrada pela SEPPIR de equacionar a questão do reconhecimento e da redistribuição. É também uma luta por reconhecimento na comunidade

de valores, segundo a concepção de Honneth (2003), onde o desrespeito impulsiona o conflito, mas também a resistência social. Concepção onde o que está em jogo é a visão coletiva que a sociedade tem do grupo. Por isso, a narrativa da SEPPIR valoriza o legado africano, de reconhecimento do papel e da importância da parcela afro-brasileira da população. A coordenadora de comunicação da SEPPIR, Jucinete Machado, reconhece que o site precisa avançar para alcançar todos os grupos, não só a população negra. Mas a jornalista também informa que a Secretaria tem seu foco “no reconhecimento da pessoa negra, da contribuição da pessoa negra para a história do país” (MACHADO *apud* OLIVEIRA, 2012). É o foco da existência, das ações da SEPPIR e da narrativa que ela coloca à disposição na esfera pública.

4. Considerações finais

A análise do site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) possibilitou saber que narrativa o Governo Federal, nas gestões Lula e Dilma Rousseff, apresenta à esfera pública, quando o tema é a questão racial no Brasil. Percebemos que a comunicação desenvolvida no site da SEPPIR dialoga com a história de décadas de luta necessárias para que o movimento negro conseguisse propor uma forma diferente de o país ver a si e a questão racial, conseguisse pressionar a porosidade da esfera brasileira e introduzir a temática nas discussões públicas.

Ao narrar sobre essa temática, a SEPPIR prioriza, no site, personagens, eventos, questões e argumentos onde há sempre a predominância da população. Ciganos, indígenas, judeus e árabes e/ou palestinos são personagens coadjuvantes nessa narrativa. Sendo um polo emissor de discursos sobre a questão racial no Brasil, o seppir.gov.br opta por se aproximar do movimento negro brasileiro e por isso podemos dizer que é militante a comunicação desenvolvida no site da SEPPIR.

A realização da pesquisa aponta, por sua vez, a necessidade de analisar experiências na esfera pública que trabalhem a temática racial, mas partindo de outros lugares, como, por exemplo, as experiências de entidades do próprio movimento negro. Tal abordagem proporcionaria saber qual o papel de um “outro lado” da questão, em termos discutibilidade e da existência (ou não) de personagens, eventos, argumentos e questões priorizados pelo movimento e não contemplados pela SEPPIR e seu site seppir.gov.br.

Referências

- BAIROS, Luiza. **Discurso na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro Chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. 2011. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/ministra/copy_of_documentos/2011/01/discurso-da-ministra-luiza-bairr-os-na-transmissao-de-cargo>. Acesso em: 14 maio 2011.
- BOHMAN, James. Expanding dialogue: the internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. **The Sociological Review**, v. 52, suplement 1, p. 131-155. 2004.
- COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia**: problemas & perspectiva. São Paulo: Paulus, 2008. p. 117-162.
- _____. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-45.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HERINGER, Rosana. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil**: um balanço do período 2001-2004. 2006. Artigo elaborado para o livro resultante do I Workshop da Rede de Estudos de Ação Afirmativa. Texto do autor.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MAIA, Rousiley C. M. **Democracia e a internet como esfera pública virtual**: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: X ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Brasília, 2001.
- OLIVEIRA, Alicianne Gonçalves de. **A questão racial na esfera pública (virtual)**: a experiência da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no governo Dilma Rousseff. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2012.
- SANTOS, Edson. **Discurso na abertura da Conferência de Revisão de Durban**. Genebra, 20 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/discursoministro_aberturaDurban.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília, 2004a. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pnpir.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.
- _____. **Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial**: ação integrada entre governos e sociedade civil. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/livro_fipir.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.
- _____. **Relatório de Atividades 2005**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio_2005.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.
- _____. **Erê Odara**. Brasília, 2007a. Boletim informativo especial da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para a VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/ere_odara.pdf>. Acesso em:

28 dez. 2011.

_____. **Ajeun:** novas perspectivas para a garantia da segurança alimentar e nutricional. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/cnsan_informativo.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. **Resoluções da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.** Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/iiconapir.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011.** Brasília, 2009b. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/cadernosetorial.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afrobrasileira e africana.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

THOMPSON, John B. A metodologia da interpretação. In:_____. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes. 1999. p. 355-421.